

Grande Carajás, projetos de desenvolvimento e conflitos no Maranhão

Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior e

Bartolomeu Rodrigues Mendonça¹

A primeira década do século XXI, no Brasil, pode ser caracterizada pela retomada da capacidade de investimento do Estado, acompanhada de uma nova onda do desenvolvimentismo que marcou os governos ditatoriais nas décadas de 1960 e 1970. Dentre os projetos desenvolvimentistas dos governos ditatoriais, o Programa Grande Carajás (PGC) foi aquele que maiores consequências provocou na Amazônia oriental, com grandes reflexos no Maranhão e no Pará.

O PGC foi concebido como um desdobramento do Projeto Ferro Carajás, da então estatal Companhia Vale do Rio Doce (hoje privatizada e autodenominada Vale), que visava assegurar condições para a exploração e transporte das gigantescas jazidas de minério de ferro do sudeste do Pará. O PGC foi pensado como um programa centrado na mineração e siderurgia, e também que atuasse como catalisador de “desenvolvimento regional”. As atividades a ele relacionadas compreendiam variadas formas produtivas, a serem implantadas a partir de uma ampla rede de infraestrutura, com destaque para a Estrada de Ferro Carajás, inaugurada em 28 de fevereiro de 1985, e o complexo portuário de São Luís, constituindo o sistema mina-ferrovia-porto. Além disso, compondo as condições de garantia de efetivação do Programa, foi criada uma extensa malha de rodovias, vários aeroportos, grandes hidrelétricas, em especial, a Hidrelétrica de Tucuruí.

1

Coordenadores do Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA/UFMA). O GEDMMA é um dos coordenadores do Seminário Internacional Carajás 30 Anos: resistências e mobilizações frente a projetos de desenvolvimento na Amazônia oriental (www.seminariocarajas30anos.org.br).

Apesar de oficialmente extinto em 1991, o PGC alterou a história, a geografia e o ambiente, e suas consequências continuam presentes na vida de cidades, povoados rurais, povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, grupos sociais tradicionais, e provocou intensas alterações nos biomas e paisagens.

Atualmente, o ímpeto desenvolvimentista do período ditatorial tem sido retomado com a implementação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), nos mandatos do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), beneficiando-se do significativo aumento da capacidade Estatal de investir, de momentos macroeconômicos favoráveis e do enfrentamento relativamente bem sucedido da crise econômica internacional de 2008/2009.

No Maranhão, como desdobramentos do PGC e acompanhando o planejamento no âmbito do PAC, tanto para a Amazônia brasileira quanto para o Nordeste, há expressiva retomada de projetos apresentados como de desenvolvimento. Além desses, novos projetos e programas são elaborados, anunciados publicamente e, em alguns casos, implementados, envolvendo agências governamentais e/ou privadas.

Esses velhos e novos projetos e programas são retomados ou elaborados sob o controle de agências governamentais e/ou privadas, com uma ampla justificação na busca de superação da pobreza e dos baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) que, no caso do estado, apresenta-se recorrentemente entre os piores do país.

Os desdobramentos do PGC visaram sempre à constituição de ampla rede de infraestrutura para permitir exploração e escoamento da produção mineral, florestal, agrícola, pecuária e industrial, com foco na exportação, fazendo com que a riqueza produzida não seja apropriada localmente, a não ser por diminutos setores da elite local, que se colocam como intermediários para a garantia de processos de acumulação do capital.

A infraestrutura gerada ao longo das últimas décadas consiste em uma rede de rodovias; na Estrada de Ferro Carajás, em duplicação; no Complexo Portuário de São Luís, em permanente expansão; na hidrelétrica de Estreito (divisa com Tocantins), e numa série de termelétricas. Associados a essa

infraestrutura, existem 8 usinas de ferro gusa ao longo da Estrada de Ferro Carajás; uma gigantesca indústria de alumina e alumínio (Alumar), em São Luís; bases para estocagem e processamento industrial de minério de ferro (Vale); Centro de Lançamento de Alcântara – CLA, em Alcântara; grandes fazendas de monocultura agrícola mecanizada (soja, sorgo, milho) e de plantio de eucalipto; exploração de madeira; fazendas de criação de búfalos, na Baixada Maranhense; ampliação da pecuária bovina extensiva; carcinicultura; exploração de petróleo e gás natural. Isso para ficar nos exemplos mais expressivos.

Essas iniciativas estão sistematizadas no documento “O Maranhão e a Nova Década: Oportunidade e Desafios”, editado pela Secretaria Estadual de Planejamento, em 2010, que pretende orientar o “desenvolvimento” do estado entre os anos de 2010-2020. Segundo o documento, “o Maranhão tem o privilégio de iniciar a nova década numa posição invejável de receptor de investimentos estruturantes que propiciarão a abertura de novas oportunidades e perspectivas jamais reunidas em nossa história”. Dentre esses investimentos, destaca: Refinaria de petróleo da Petrobras; Ampliação do consórcio Alumar; Usinas termelétricas; Hidrelétrica de Estreito; Aciaria para produzir 500 mil toneladas de aço logo na primeira etapa; Píer IV da Vale e duplicação da Estrada de Ferro; Fábrica de celulose da Suzano; Ampliação e novas fábricas de bebidas; Complexo avícola no município de Balsas; Extração de ouro do Grupo Aurizona, no município de Godofredo Viana, e do grupo Jaguar Mining, no município Centro Novo do Maranhão; Ampliação das unidades de produção de álcool dos grupos TG Agro Industrial, em Aldeias Altas, e Agro Serra, em São Raimundo das Mangabeiras; Novas unidades de produção de cimento, como a Votorantim, em São Luís.

A instalação desses empreendimentos tem provocado impactos, alterado biomas e modos de vida de populações através do reordenamento social, econômico e espacial.

Outro efeito é o fato de o Maranhão ter se tornado um dos estados com maior quantidade de imigrantes, pois a dificuldade de produzir na própria terra tem levado principalmente homens jovens a buscar a sorte em outras paragens, sujeitando-se a todo tipo de exploração. Assim, cabe também ao estado o título de maior exportador de mão-de-obra para o trabalho escravo.

Além de permanecer como um dos estados mais pobres do Brasil, com os piores indicadores de concentração de terras e riquezas, o Maranhão é, também, concentrador de poder político.

Por outro lado, a expansão do capital, através dos processos apresentados como desenvolvimento, levou a conflitos, à medida que os questionamentos das decisões políticas e das ações associadas aos projetos de desenvolvimento se expressam em forma de **resistência** por meio da mobilização coletiva. Os anos 1980 foram marcados por conflitos por terra, redundando em alto índice de assassinatos, perseguições no campo, expulsões de camponeses e impedimento de acesso a recursos naturais tradicionalmente utilizados. Podem ser destacados, dentre outros: conflitos entre fazendeiros e posseiros, índios ou quilombolas; fazendeiros e quebradeiras de coco; produtores de búfalos e agricultores e pescadores da Baixada Maranhense; grandes indústrias (Alumar, Vale) e moradores da Zona Rural de São Luís; Centro de Lançamento de Alcântara e quilombolas.

Revestidos com a capa de “modernidade”, utilizando um discurso que busca amenizar os impactos, prometendo emprego, desenvolvimento, educação e melhoria de vida, velhos e novos empreendimentos continuam a ameaçar modos de vida e provocam confronto com grupos sociais mais vulneráveis. A expansão da monocultura e do eucalipto e afirmação da pecuária extensiva ameaçam camponeses e quilombolas; a exploração ilegal de madeira invade terras indígenas e destrói as florestas que restam; a produção irregular de carvão vegetal para a siderurgia promove a superexploração das florestas e das pessoas, com inúmeros casos de trabalho escravo. Boa parte dos grupos ameaçados busca sair da invisibilidade, e reage, na tentativa de fazer valer seus direitos.

Apesar do verniz de modernidade com o qual os empreendimentos se apresentam, quando seus objetivos não são prontamente alcançados, a força bruta é acionada, provocando ameaças e mortes. Boa parte das instâncias do poder público apoia essas ações, com decisões judiciais, despejos realizados pela polícia, acobertamento de ações violentas e assassinatos.

Mesmo que os impactos sejam discursivamente amenizados através de noções como desenvolvimento sustentável, responsabilidade social e ambiental, promessas de emprego e vida melhor, os conflitos continuam a se aprofundar, exigindo discussão pública.

As estratégias de resistência são alvo do Seminário internacional Carajás 30 Anos, que acontece em mais uma Etapa Preparatória, de 9 a 11 de abril em Belém; e em sua Etapa Final, de 5 a 9 de maio, em São Luís, reunindo universidades, institutos e movimentos sociais para debater e atuar sobre a questão.